

BANCO STANDARD DE INVESTIMENTOS S.A.



RELATÓRIO QUANTITATIVO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES REFERENTES À GESTÃO DE RISCOS, AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE) E À ADEQUAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

1ºT 2014

1. Introdução

O Banco Standard de Investimentos possui uma estrutura de gerenciamento de riscos a fim de garantir a estabilidade da instituição financeira a longo prazo, bem como transparência na divulgação de informações referentes à gestão de riscos.

O presente relatório tem como objetivo o atendimento à Circular nº 3.477/09 do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e ao Patrimônio de Referência (PR).

Este relatório deve ser analisado em conjunto com os aspectos qualitativos dispostos na Estrutura de Gerenciamento de Riscos, divulgados no site da instituição:

www.standardbank.com/brasil

Desde Janeiro de 2011, o SBG executa a nova estratégia do Grupo, que redireciona seus esforços em negócios no continente africano focando empresas com laços econômicos entre Brasil, África e China, mantendo o foco nos setores onde o Banco tem histórico de especialização e liderança, com o objetivo de aperfeiçoar o retorno para os investidores e a melhor alocação de capital. Para o desenvolvimento de tal estratégia, o Banco está atuando fortemente nas áreas de Recursos Naturais, Petróleo e Gás, Energia, Infra-estrutura e Metais e Mineração, através de suas áreas de negócios, com enfoque na utilização dos balanços disponíveis do Grupo na África, buscando solução para clientes com relacionamento ou presença na África.

Em decorrência da mudança estratégica definida pelo Grupo Standard Bank para o Brasil em 2011 que inclui a desalavancagem do balanço local, o Banco Standard de Investimentos vem trabalhando na redução de seus ativos e passivos. Dentro deste contexto, o comitê e análises descritos no item 2 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e no item 3 - Identificação e Análise de Riscos deste relatório, estão sendo aplicados de acordo com os riscos existentes e adequados aos riscos implícitos remanescentes nas posições financeiras para o 1º trimestre de 2014.

Com base nesta nova estratégia que inclui a desalavancagem do balanço local, a alta Administração do Banco em sua reunião de Conselho de Administração de 17 de março de 2014, revisou e aprovou as novas estruturas de gestão de riscos incluindo: crédito, mercado, liquidez e risco operacional. Nessa mesma reunião decidiu simplificar a estrutura de governança do banco, adequando-a ao perfil atual de negócios e seus riscos remanescentes. Como parte desse processo, o Manco (Comitê de Gestão) incorporou as funções dos sub-comitês de Gerenciamento de Ativos e Passivos (“Asset and Liability Committee, ALCO”), o Comitê de Infra-estrutura e Negócios (“Business and Infrastructure Committee, BIC”) e o Comitê Regulatório e de Compliance (“Regulatory and Compliance Committee- RCC”).

2. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

Consideramos que ter uma efetiva estrutura de gestão de riscos é parte fundamental na condução de nossos negócios. A estrutura estabelecida permite o gerenciamento contínuo e integrado dos riscos de crédito, mercado e liquidez, operacional, jurídico e de compliance.

Buscamos o adequado equilíbrio entre risco e retorno e mantemos investimentos para aprimorar constantemente os processos, políticas e ferramentas de gestão de riscos para garantir a segurança das operações, atuando de forma preventiva e assegurando que o crescimento dos negócios aconteça em um ambiente apropriado de controle.

A alta administração é envolvida em todas as iniciativas relevantes inerentes a gestão de riscos sendo que a estrutura de governança propicia adequada avaliação dos riscos incorridos pelo banco bem como o efetivo gerenciamento dos mesmos. Além disso, conta com níveis de alçadas tanto individuais como colegiadas levando-se em conta a independência necessária para a tomada das decisões.

Para isto, há o apoio do ManCo (Comitê de Gestão Corporativa) que é responsável por estabelecer a estratégia da organização, assegurando que práticas sólidas de gerenciamento de risco são seguidas visando na melhor medida possível maximizar o retorno para os investidores bem como cumprir com os requerimentos determinados pelos órgãos reguladores. Dessa forma o comitê tem a responsabilidade de exercer a função de supervisão e monitoramento do perfil de riscos específicos bem como agregados dos portfólios.

Além disso, o comitê desenvolve ações técnicas com o objetivo de subsidiar as decisões da Administração, para minimizar as perdas e eliminar os impactos sobre o negócio, priorizando a prudência sobre altos retornos, sem comprometer a rentabilidade da instituição.

3. Identificação e Análise de Risco

3.1. Risco de Crédito

A Gerência de Risco de Crédito tem a responsabilidade de revisar todas as propostas para assegurar o cumprimento das políticas e regras internas, além de coordenar o comitê de crédito e o trabalho dos analistas de crédito.

Principais Políticas utilizadas na Gestão de Risco de Crédito

- Padrão de Risco de Crédito
- Política de Crédito
- Política de Classificações de Risco de Crédito
- Atribuição de Rating de Crédito conforme Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil

Metodologia para estabelecer limites às exposições sujeitas a risco de crédito

Qualquer avaliação de uma contraparte/devedor deve incluir informações mínimas como capacidade de geração de caixa, capital e estrutura de financiamento, qualidade/sustentabilidade das receitas e razão do financiamento proposto e histórico de liquidações anteriores entre outras.

Todos os limites de Crédito devem ser revisados pelo menos uma vez ao ano ou com maior frequência se houver preocupações ou essa exigência segundo as cláusulas da aprovação original.

Sistemas de Gestão de Crédito e modelos de mensuração de risco de crédito

Todos os dados relacionados a Crédito de contraparte do CIB-I (ou seja, limites, classificação de risco, gestor de crédito responsável, datas das revisões e exposições, etc.) são capturados e monitorados em um sistema central de gestão de risco de Crédito (Adaptiv).

A mensuração do risco de crédito dos produtos do CIB-I é definida como:

- Produtos primários: correspondem à EAD (Exposure at Default) proveniente de atividades de empréstimo ou de produtos bancários relacionados como cartas de crédito (LCs), garantias, garantias firmes em caso de emissão de títulos mobiliários, saques a descoberto etc. mantidas para ser o montante nocional integral do montante emprestado mais quaisquer linhas de crédito compromissadas, mas não utilizadas.

- Derivativos: produtos que podem acarretar riscos do emissor, de pré-liquidação e/ou de liquidação que são menos diretos.

Os limites de crédito e exposições sobre derivativos são ponderados pelo risco com base em estimativas padronizadas de possíveis exposições adversas futuras de marcação a mercado. As ponderações aplicadas dentro dessas metodologias baseiam-se na Liquidez, Nível de Confiança exigido de 95% e Prazo.

Mitigadores de Risco de Crédito

Garantias devidamente documentadas (aval, fiança, etc) resultarão em uma obrigação garantida tendo a mesma classificação de risco de contraparte que a do responsável pela garantia. Da mesma forma, obrigações garantidas por Cartas de Crédito incondicionais receberão uma classificação de risco de contraparte igual à do emissor.

Seguros de crédito podem ser considerados uma redução de exposição e/ou fator de redução de riscos aceitável com relação a empréstimos e/ou Posições não negociáveis.

Eficácia das garantias e provisões relativas às operações de crédito

O BSI mantém nas áreas de risco e de negócios especialistas responsáveis por assegurar que a documentação das transações sujeita a risco de crédito são válidas, executável e em conformidade com os termos aprovados pela área de Crédito.

O departamento operacional, que é segregado da diretoria de Riscos, é responsável pelo monitoramento das condições de crédito, como, por exemplo, *covenants* e chamada de margens em operações de derivativos, durante a vida da operação.

O sistema de ratings interno do CIBI, assim como a escala de ratings da Res. 2.682, atribui a cada rating um valor de provisionamento. No procedimento da Res. 2.682, para uma dada classificação de risco o correspondente provisionamento é obrigatório.

Nossa política é de basear os ratings atribuídos no escopo da Res.2.682 nos ratings internos do CIBI numa relação “de para” cujo principal parâmetro de relacionamento, mas no único, é a provisão.

Gestão de Portfólio

A área de crédito do BSI elabora um relatório mensal do portfólio de crédito com foco nas evoluções e tendências de concentrações de riscos do portfólio. Os principais pontos abordados no relatório de portfólio mensal são: concentração dos maiores clientes, concentração em cada faixa de classificação, concentração setorial, classificação de risco média do portfólio e andamento dos processos em fase de recuperação e/ou reestruturação de crédito.

Novos produtos de crédito

Todo e qualquer novo negócio, reestruturação de produto existente, novo sistema, alteração de sistema ou jurisdição que possam se traduzir em risco de Crédito ou aumento do risco de Crédito existente precisa ser aprovado pela área de Aprovação de Crédito como parte dos procedimentos para a aprovação de Novos Produtos.

3.2. Risco Operacional

A Gerência de Risco Operacional tem como objetivos:

- Liderar o gerenciamento de risco operacional, inclusive estabelecendo políticas e procedimentos apropriados;
- Promover conscientização de risco;
- Desafiar de forma construtiva os negócios a demonstrar que os riscos operacionais estão sendo gerenciados apropriadamente;
- Revisar e recomendar anualmente aperfeiçoamentos para a administração em relação a riscos operacionais;
- Apoiar a identificação, avaliação, monitoramento e controle do risco operacional;
- Responder a preocupações sobre riscos operacionais significativos;
- Apoiar a administração no cumprimento de sua responsabilidade por manter um ambiente de controle eficaz;
- Avaliar as implicações de risco operacional de qualquer problema levantado por auditoria interna ou externa; e
- Fornecer relatórios regulares para a administração sobre o perfil do risco operacional, bem como os incidentes operacionais.

Definição de Risco Operacional

Risco Operacional é definido como risco de prejuízo resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos, ou de eventos externos. Esta definição inclui riscos de tecnologia da informação e riscos jurídicos, mas exclui riscos reputacionais e riscos estratégicos.

As categorias de risco operacional englobam:

- Risco de Processamento
- Risco de Sistemas
- Risco de Pessoas, e
- Riscos de Eventos Externos

Metodologia de Risco Operacional

O gerenciamento de Risco Operacional é feito de maneira descentralizada por cada uma das áreas de negócios e suporte do banco. Risco Operacional é responsável por facilitar esse gerenciamento através de suas ferramentas:

- Coleta de Incidentes de Risco Operacional;
- Auto-Avaliação e mensuração dos processos críticos de cada área;
- Definição de Indicadores Chave de Risco.

O registro das informações referentes a Risco Operacional é feito em sistema de plataforma global. Dessa maneira é possível produzir relatórios gerenciais que facilitem o processo de gestão dos riscos. Os relatórios de atividades de gerenciamento de Risco Operacional são apresentados mensalmente para a Diretoria no Comitê Executivo de Infraestrutura, *BIC*.

Principais Políticas utilizadas na Gestão de Risco Operacional

- Princípios para Gestão do Risco Operacional;
- Política de Indicadores Chave de Risco;
- Política para Reporte de Incidentes de Risco Operacional;
- Política de Auto-Avaliação dos Riscos Operacionais.

Apetite ao Risco e Tolerância

Um princípio que deve estar acima de todos no gerenciamento de risco operacional é que a eliminação total da exposição de todo o risco operacional não é um objetivo a ser alcançado.

O processo de tomada de decisão em seguida à identificação e avaliação de risco deve ser baseado na consideração da exposição ao risco em relação ao apetite e tolerância ao risco.

A Diretoria Executiva definirá os níveis gerais de apetite e tolerância ao risco, aos quais são monitorados e gerenciados regularmente. Tais riscos deverão ser distribuídos regressivamente até os níveis em que o proprietário do risco é responsável por gerenciar a sua exposição ao risco.

3.3. Risco de Mercado e Liquidez

A Gestão de Riscos de Mercado é o processo pelo qual a instituição administra e controla os riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros. Seus principais objetivos são: controlar a exposição ao risco de mercado e otimizar a relação risco-retorno através do uso de modelos e ferramentas de gestão.

Quanto ao risco de liquidez, a área de risco tem como objetivo prover a administração com informações relevantes a fim de assegurar que a instituição seja capaz de honrar seus compromissos no vencimento sem acarretar em uma elevação de custos indesejada. Se uma única instituição falha neste compromisso, todo o sistema financeiro pode sofrer repercussões. Este risco pode ser classificado em risco de liquidez de fluxo de caixa e risco de liquidez de mercado.

3.3.1. Risco de Mercado

Definição do Risco de Mercado

Risco de Mercado pode ser definido como a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado ou parâmetros que influenciam os preços de mercado. O que inclui o risco relacionado à variação cambial, taxa de juros, preços de ações, de mercadorias (commodities), entre outras.

O Risco de Mercado pode ser dividido entre risco sistemático e não-sistemático (ou específico). Risco de mercado sistemático é o efeito adverso da oscilação de preços devido a mudanças nas condições gerais do mercado. Já o risco de mercado não-sistemático é o efeito adverso da oscilação de preços de um determinado ativo devido a fatores específicos inerentes a ele.

O Risco de Mercado para instrumentos financeiros podem ser dividido entre os seguintes elementos:

- Risco de Taxa de Juros
- Risco de Ações
- Risco Cambial
- Risco de Commodities

Principais Políticas utilizadas na Gestão de Risco de Mercado

- Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado
- Relação dos Limites de Risco de Mercado (*Limit Mandate*)
- Política de Stop Loss
- Política de Stress-Test de Risco de Mercado
- Política de Mensuração de Risco das Operações Não-Classificadas na Carteira de Negociação

Definição de Limites de Risco de Mercado

O processo de tomada de decisão em seguida à identificação e avaliação de risco deve ser baseado na consideração da exposição ao risco em relação ao apetite e tolerância ao risco.

O apetite ao risco é definido como a natureza e quantidade de risco que a instituição está disposta a aceitar de modo a conduzir seus negócios de maneira eficiente em relação ao custo, de acordo com suas estratégias e objetivos de negócios e dentro dos limites legais e normativos.

Os limites de Risco de Mercado são propostos em sintonia com a área de negócios. A aprovação dos mesmos é feita com a participação da área Internacional de Risco de Mercado do Grupo Standard.

Metodologia de Cálculo do Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por cinco principais tipos de medidas: posições, sensibilidades, testes de estresse, o “Value-at-Risk” e, de forma complementar, o “Backtesting”. Todas elas são calculadas e acompanhadas periodicamente, e integradas melhoram a análise e percepção sobre o quadro de risco ao qual a instituição financeira está exposta.

Mensuração e Relatórios de Risco de Mercado

A finalidade da preparação dos relatórios de risco de mercado é prover todas as informações relevantes a todas as áreas relacionadas de forma consistente e oportuna.

Toda informação contida nos relatórios de risco de mercado tem como objetivo o auxílio no monitoramento e gerenciamento de mitigação de riscos de mercado.

Assim, os principais relatórios disponibilizados pela área de Risco de Mercado são:

- Relatórios de Risco, Limites e Posições;
- Relatórios Periódicos de Teste de Estresse;
- Relatórios Periódicos de Backtesting;
- Relatórios de Risco de Emissor (Issuer Risk).

Mensuração de Risco das Operações Não-Classificadas na Carteira de Negociação

Em conformidade com suas práticas de governança de risco de mercado o banco mantém níveis baixos de risco de taxa de juros relativo às operações não classificadas na carteira de negociação. Este objetivo é alcançado tanto pela preponderância de operações indexadas a taxas flutuantes de juros (ex. CDI), como também se utilizando de instrumentos de hedge.

O risco de taxa de juros dessas operações é monitorado utilizando a técnica conhecida como PV01 (Present Value of 1 Basis Point), que corresponde ao impacto no valor presente dos fluxos de caixa das operações resultante de movimentos paralelos de 1 BP (ponto base) nas curvas de juros.

Deve-se acrescentar ainda que o banco utiliza metodologia para alocar parcela adicional de capital para cobrir esse risco de taxa de juros, ainda que não significativa.

Sistemas de Risco de Mercado

O risco de mercado é monitorado e controlado por meio de alguns sistemas e ferramentas desenvolvidos localmente pela área de tecnologia, como também de sistemas utilizados globalmente pelo Standard Bank Group.

Qualquer implementação nova em termos de sistemas é submetida a procedimentos de testes de verificação pelos diversos usuários envolvidos.

Além disso, todos os processos de precificação e modelagem adotados nos sistemas do Grupo são objeto de validação por áreas independentes.

3.3.2. Risco de Liquidez

Definição de Risco de Liquidez

O risco de liquidez de fluxo de caixa pode ser definido como sendo a possibilidade da ocorrência de descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos que afetem a capacidade de pagamento da instituição.

O risco de liquidez de mercado pode ser ocasionado pela perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado e/ou de uma estratégia de liquidação acordada e/ou de características da operação e/ou da perda de valor dos ativos que compõem a liquidez.

Principais Políticas utilizadas na Gestão de Risco de Liquidez

Política e Gerenciamento do Risco de Liquidez:

- Gerenciamento e Monitoramento de Limites
- Moedas Estrangeiras
- Liquidez Intra-Grupo

Definição de Limites de Risco de Liquidez

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez estabelece limites máximos para os descasamentos entre vencimentos de ativos e passivos. Para as faixas de vencimento até um ano, em bases cumulativas, os valores agregados de entradas de caixa menos as respectivas saídas de caixa agregadas não deverão exceder percentuais de depósitos pré-definidos.

Premissas utilizadas para tratamento de liquidação antecipada de empréstimos e depósitos sem vencimento definido

O banco atualmente não possui operações que se enquadram nesta modalidade.

As únicas operações do banco que atualmente poderiam se enquadrar, ainda que parcialmente, na categoria de operações sem vencimento definido são as captações (CDB ou CDI) com liquidez diária ou com janelas específicas de liquidez, que seriam utilizadas as seguintes premissas para seu tratamento nos controles de risco.

O principal risco destas operações é o risco de liquidez, dado que todas as captações são indexadas ao CDI. O monitoramento do risco de liquidez das mesmas é feito em base diária, em condições normais, por meio dos controles de descasamentos e também pela análise do comportamento da carteira em cenários de estresse de liquidez.

Nos controles de descasamento de liquidez considera-se como vencimento destas captações a data a partir da qual os seus depositantes passam a ter direito de liquidez diária.

Liquidação Antecipada

As liquidações antecipadas de empréstimos ou de captações são negociadas caso a caso. A liquidação é feita com base em taxas de mercado, geralmente com percentual adicional representativo do custo de “break-funding”.

Excessos sobre os limites devem ser imediatamente notificados a Alta Administração e ações apropriadas deverão ser acordadas.

Plano de contingência para situações de crise de liquidez

O plano de contingência de liquidez tem como objetivo minimizar, o máximo possível, o impacto de uma crise de liquidez por meio da definição de uma estrutura de governança que:

- Apresente detalhes de como o Banco responderá a um problema de liquidez, incluindo a identificação antecipada, processo de escalada e diretrizes para o gerenciamento durante a crise de liquidez;
- Possibilite um entendimento do impacto que uma crise de liquidez pode ter para todas as partes envolvidas (*stakeholders*);
- Identifique informações essenciais para o gerenciamento da crise;
- Registre os tipos e as possíveis causas de uma crise de liquidez;
- Incorpore o princípio do prestador de último recurso (*lender of last resort*) na eventualidade de o Banco não conseguir bons resultados em suas iniciativas para lidar com a crise de liquidez devido tanto ao fato de a crise ter sido causada por um fator devastador ou no caso de o Banco não dispor de capital suficiente;
- Defina a seqüência em que cada fonte de liquidez será acionada;
- Identifique outras possíveis ações a serem tomadas sob situações de contingência.

Testes de Estresse de Liquidez

A área de finanças é responsável por controlar a liquidez do banco. As variáveis e premissas adotadas para os testes de Estresse de Liquidez, assim como seus resultados são analisados periodicamente pela Alta Administração do banco.

Os resultados dos testes de estresse de liquidez são analisados levando em consideração limites estabelecidos em termos de período mínimo de sobrevivência e estão sendo aplicados de acordo com os riscos existentes e adequados aos riscos implícitos remanescentes nas posições financeiras.

Apresentamos a seguir as informações quantitativas dos trimestres findos em 31 de março de 2014, e 31 de dezembro de 2013, representadas em milhares de reais.

4. Informações do Patrimônio de Referência (PR)

O patrimônio de referência é calculado a partir da soma do PR Nível I e PR Nível II conforme previsto na Resolução 4.192/13 do Conselho Monetário Nacional.

O PR Nível I é composto basicamente do capital acionário e dos lucros acumulados sendo que o capital social está representado por 135.889.145 (cento e trinta e cinco milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, cento e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Conforme previsto no estatuto social do banco, deverá ser destinado 25% do lucro líquido anual para pagamento de dividendos aos acionistas. Entretanto dependendo da situação financeira da empresa e dos planos de negócios futuros poderá a Diretoria propor à Assembléia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. Por deliberação do Conselho de Administração, e observadas às disposições legais, a Sociedade poderá pagar, aos seus acionistas, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, “ad referendum” da Assembléia Geral.

Em Novembro de 2013, dando continuidade ao plano de reestruturação global, o SBG aprovou reorganização societária, sendo que em decorrência de tal fato, as ações do BSI pertencentes ao SBIC Investments S.A, sociedade devidamente constituída de acordo com as leis de Luxemburgo foram transferidas para o Standard Bank Group Limited, sediada na África do Sul.

Fato Relevante

Em 14 de março de 2014, o Standard Bank Group assinou acordo com o Grupo Financiero Inbursa SAB, grupo bancário mexicano listado em bolsa (INBURSA), no qual o INBURSA irá adquirir a licença bancária da subsidiária do Grupo Standard no Brasil. A transação está sujeita às aprovações dos órgãos reguladores no Brasil, México e África do Sul. O Grupo Standard Bank mantém sua estratégia de atender clientes brasileiros que tenham interesse em desenvolver negócios com o Continente Africano e China, aproveitando a sua relação com o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC). Para isso, está trabalhando no pedido de uma licença de escritório de representação no Brasil junto aos órgãos reguladores.

Apresentamos a seguir a abertura por prazo e detalhamento da apuração do Patrimônio de Referência (PR):

	T1 2014				T4 2013	
	Sem Vencimento	De 03 a 12 meses	01 a 03 anos	Acima de 03 anos	Total	
Patrimônio de Referência	113.126	-	-	-	113.126	111.588
Patrimônio de Referência Nível I	113.126	-	-	-	113.126	111.588
Patrimônio Líquido	113.126	-	-	-	113.126	111.588
Ações ordinárias no exterior	135.889				135.889	135.889
Reservas de capital	549				549	549
Reserva legal	4.650				4.650	4.650
Lucros e prejuízos acumulados	(27.962)				(27.962)	(29.500)

A variação observada no patrimônio de referência ocorreu em função do resultado positivo do primeiro trimestre, no montante de R\$ 1.538.

5. Detalhamento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e limite de compatibilização do Patrimônio de Referência (PR)

O Patrimônio de Referência Exigido é calculado de acordo com a Resolução 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional. Demonstramos abaixo o detalhamento da apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), por tipo de risco relevante.

	T1 2014	T4 2013
Risco de Crédito por FPR		
FPR de 20%	22	23
FPR de 50%	-	-
FPR de 100 %	1,652	4,533
FPR de 300%	-	-
Total da PEPR por FPR	1,674	4,556
Risco de Mercado - Carteira Trading		
Taxa de Juros	466	495
Prefixada	466	495
Cupom de Moeda Estrangeira	-	-
Cupom de Índice de Preços	-	-
Ações	-	-
Exposição em Moedas Estrangeiras e Câmbio	13,296	928
Total Alocado	13,762	1,423
Risco Operacional - Total Alocado	12,405	12,369
Principais Valores		
Patrimônio de Referência	113,126	111,588
Patrimônio de Referência Exigido (PRE) (*)	27,841	18,348
Índice de Basileia (*)	44.70%	66.90%
Margem (Folga de Capital)	85,285	93,240
Risco de Taxa de Juros da Carteira Banking (RBAN)	0	0

(*) Não inclui o valor alocado para a carteira banking.

O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) é calculado conforme determinação da Resolução 4.193/13, considerando todos os riscos de mercado da carteira classificada como negociação.

O risco de taxa de juros da carteira banking (RBan) refere-se a parcela referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real das operações não classificadas na carteira de negociação, na forma da Circular nº 3.365/07.

Nos períodos (T1 2014 e T4 2013), não houve alocação para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Banking (RBan) dado que as operações em sua maioria estavam atreladas ao CDI e as demais operações estão casadas sem risco de taxa de juros, conforme demonstrado no item 8 – III deste relatório.

O Índice de Basileia é um conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia que recomenda a relação mínima entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). O índice de Basileia Amplo (incluindo a Rban) para o primeiro trimestre de 2014 é de 44,70% (no quarto trimestre de 2013 era de 66,90%). No Brasil, o requerimento mínimo de capital é de 11%, conforme exigências regulamentares.

Em janeiro de 2011, o Standard Bank Group anunciou a nova estratégia do grupo, na qual redirecionou seus esforços em negócios no continente africano e que geram laços econômicos entre Brasil, África e China, mantendo o foco nos setores onde o banco tem histórico de especialização e liderança, com o objetivo de aperfeiçoar o retorno para os investidores e a melhor alocação de capital. Para o desenvolvimento de tal estratégia, o Banco está atuando fortemente nas áreas de Recursos Naturais, Petróleo e Gás, Energia, Infra-estrutura e Metais e Mineração, através de negócios como Banco de Investimento, Tesouraria e Produtos e Serviços Transacionais com enfoque na utilização dos balanços disponíveis do grupo na África, buscando solução para clientes com relacionamento ou presença na África. Com a mudança de estratégia proposta pelo Grupo para as atividades no Brasil, o BSI redirecionou seus esforços para atender empresas brasileiras que atuem na África ou tenham potenciais de crescimento de atividades com o continente africano ou chinês, além de fomentar o interesse de empresas africanas ou chinesas que queiram investir no Brasil. Em decorrência desta decisão, o BSI sofreu efeitos desta reorganização de atividades, descontinuando relacionamentos com clientes que não traziam sinergia à nova estratégia, bem como executando a desalavancagem do balanço através de liquidação de contratos relacionados a transações consideradas não estratégicas e como consequência, uma diminuição da utilização do balanço local, e repatriação do capital julgado em excesso diante da diretriz de negócios.

5.1 Avaliação da adequação de capital

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos produtos e serviços oferecidos. Como principal objetivo busca-se assegurar a otimização do capital regulatório para atingir o plano de metas de negócios e os objetivos estratégicos da instituição levando-se em conta as necessidades de capital resultantes dos riscos que a instituição está sujeita e dessa forma garantindo a estabilidade da instituição financeira no longo prazo.

Para atingir esses objetivos, o Banco conta com uma estrutura de governança composta pelo Comitê de Gestão Corporativa (ManCo).

O ManCo - (Comitê de Gestão Corporativa) é o responsável por estabelecer a estratégia da organização, assegurando que práticas sólidas de gerenciamento de risco são seguidas visando na melhor medida possível maximizar o retorno para os investidores bem como cumprir com os requerimentos determinados pelos órgãos reguladores. O Comitê avalia as principais variações no consumo de capital além de discutir os possíveis impactos em função de novas regulamentações.

O Banco possui também modelos internos que capturam outros riscos não abrangidos pelas parcelas do PRE, como por exemplo, o risco de perda das posições da carteira não marcada para negociação.

A Administração considera adequada a alocação de capital para fazer frente ao Patrimônio de Referência Exigido.

6. Exposições a Risco de Crédito

I - Valor total das exposições e valor da exposição média no trimestre

	T1 2014	Média T1 2014	T4 2013	Média T4 2013
FPR	Exposições após o Fator de Conversão e Mitigadores			
FPR 0%	220,470	206,157	200,906	205,695
FPR 20%	1,025	2,139	1,049	1,015
FPR 50%	-	-	-	-
FPR 100%	15,017	34,082	41,208	39,260
FPR 300%	-	-	-	-
Total Exposição	236,512	242,378	243,163	245,970
EPR	15,222	34,510	41,417	39,463
PEPR	1,674	3,796	4,556	4,341

a. Países e regiões geográficas com exposições significativas

<u>País / Região</u>	T1 2014	T4 2013
Brasil / Sudeste	236.512	242.114
Estados Unidos / Nova Iorque	-	1.049
Total	236.512	243.163

b. Setor econômico

	T1 2014	T4 2013
Setor Econômico		
Setor Privado	236.512	243.163
Intermediação Financeira	217.569	198.534
Serviços e Outros	18.943	44.629
Total	236.512	243.163

II - Percentual das exposições dos dez maiores clientes em relação ao total das operações com característica de risco de crédito.

	T1 2014	T4 2013
Percentual das exposições dos dez maiores clientes	0,00%	100,00%

Para o T4 2013, apesar das exposições dos dez maiores clientes totalizarem 100%, o total das operações com característica de risco de crédito totalizava apenas R\$ 221. As operações com característica de risco de crédito do banco estavam sendo reduzidas em função da nova estratégia do grupo para o Brasil. Para o T1 2014 não existem mais operações com característica de risco de crédito.

III - Provisão para créditos de liquidação duvidosa e montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregado nas seguintes faixas

No trimestre findo em 31 de março de 2014 não havia operações em atraso superior a 60 dias e a provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 0. No trimestre anterior não havia operações em atraso superior a 60 dias e a provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizava R\$ 1.

7. Risco de Crédito da Contraparte e Mitigadores de risco de crédito

I - Valores nominais dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas.

Não há exposições a reportar com contratos em que a Câmara atue ou não como Contraparte Central.

II – Valores positivos brutos dos contratos sujeitos ao risco de contraparte, desconsiderados os valores positivos relativos a acordos para compensação e liquidação de obrigações:

	T1 2014	T4 2013
Operações de Crédito	-	221
Depositos Bancários	1.025	-
Deposito no Exterior Moedas Estrangeira	-	1.049
Valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte	1.025	1.270

III - Valores relativos às garantias recebidas:

	T1 2014	T4 2013
Valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte	-	-

IV - Exposição Global Líquida:

	T1 2014	T4 2013
Exposição Global Líquida	1.025	1.270

V – Valores positivos relativos a acordos para compensação e liquidação de obrigações, conforme definidos na Resolução nº 3.263, de 2005:

No intuito de mitigar seus riscos de créditos, o banco trabalha com contratos de acordos para compensação e liquidação de obrigações. Em função da não existência de operações de crédito em virtude da nova estratégia adotada pelo grupo, hoje não temos contratos de acordos para compensação e liquidação de obrigações, firmados com nossos clientes.

Destacamos também que a Instituição não realizou transações de venda ou transferência de ativos financeiros e operações com títulos ou valores mobiliários oriundos de processo de securitização e também não possui exposições em derivativos de crédito mantidos em carteira ou para efeitos de hedges.

8. Risco de Mercado

Detalhamos abaixo a segregação da carteira por fator de risco de mercado relevante, segmentado entre posições compradas e vendidas:

I - Valor Total da Carteira de Negociação, por fator de risco de mercado relevante.

Fator de Risco	T1 2014		T4 2013	
	Compradas	Vendidas	Compradas	Vendidas
Percentual CDI diferente 100%	-	89.034	-	86.774
Moeda Estrangeira - Dólar dos EUA	2.642	19.262	32.145	29.825

II - Exposição a instrumentos financeiros derivativos, por categoria de fator de risco segregada entre posições compradas e vendas, subdivididos em exposições com e sem contraparte central.

a) Exposição a Instrumentos Financeiros Derivativos – Com Contraparte Central

Não há exposições a reportar com instrumentos financeiros derivativos em que a Câmara atue como Contraparte Central.

b) Exposição a Instrumentos Financeiros Derivativos – Sem Contraparte Central

Não há exposições a reportar com instrumentos financeiros derivativos em que a Câmara não atue como Contraparte Central.

III - Valor total das operações não classificadas na carteira de negociação (Carteira Banking).

Fator Risco	T1 2014		T4 2013	
	Compradas	Vendas	Compradas	Vendas
Indexado ao CDI	216.543	-	195.970	-
BNDES (casado)	-	-	221	221

As posições compradas “indexadas ao CDI” no 4º trimestre de 2013 e 1º trimestre de 2014 referem-se à aquisição de cotas de um Fundo Exclusivo (SAVOY Referenciado DI Fundo de Investimentos), composto por uma carteira de investimento em Títulos Públicos Federais pós-fixados (LFT's).

Em relação às operações não classificadas na carteira de negociação, o Banco Standard de Investimentos S.A., tem como política que estas sejam administradas sempre com níveis mínimos de risco de taxa de juros.